



**INSTITUIÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
POR INICIATIVA PARLAMENTAR**

Limites, possibilidades e qualidade

Murilo Teixeira Costa

Prefácio
Pedro Fernández Sánchez

FORUM

Murilo Teixeira Costa

Pedro Fernández Sánchez

Prefácio

**INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS POR INICIATIVA
PARLAMENTAR**

Limites, possibilidades e qualidade

Área específica da obra

Direito Constitucional

Áreas afins do livro

Ciência política, sociologia e ciências econômicas e administrativas.

Palavras-chave

Formulação de políticas públicas; iniciativa parlamentar; limites e possibilidades; qualidade material e formal.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3490

O jusfilósofo Jeremy Waldron, ao refletir sobre a atuação parlamentar, afirma que há certa desconfiança em relação ao Legislativo, como se esse fórum fosse indigno para decidir sobre as questões mais graves e mais sérias dos direitos enfrentadas pela sociedade moderna, e que os tribunais, com seu relativo isolamento ante a política partidária, seriam um local mais adequado para solucionar tais questões. Esse autor argumenta que a legislação e as legislaturas têm má fama na filosofia jurídica e política, e, não convencido disso, defende que é preciso recuperar e destacar maneiras de pensar a respeito da legislatura que a apresentem como um modo de governança dignificado e uma fonte de direito respeitável. É justamente nesse contexto de recuperação da respeitabilidade da legislatura que a presente obra tem o seu significado. Sabe-se que, relativamente à formulação de políticas públicas por iniciativa parlamentar, apresentam-se questões importantes a serem alvo de reflexão. A presente obra objetiva fazer uma análise sobre essa temática, enfocando os limites, as possibilidades e a qualidade concernentes a esse domínio de atuação dos membros do Legislativo.

C837i Costa, Murilo Teixeira

Instituição de políticas públicas por iniciativa parlamentar: limites, possibilidades e qualidade / Murilo Teixeira Costa. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

202 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-829-5

ISBN digital 978-65-5518-828-8

1. Formulação de políticas públicas. 2. Iniciativa parlamentar. 3. Limites e possibilidades. 4. Qualidade material e formal. I. Título.

CDD: 342.041

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

COSTA, Murilo Teixeira. *Instituição de políticas públicas por iniciativa parlamentar: limites, possibilidades e qualidade*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 202 p. ISBN 978-65-5518-829-5.

Murilo Teixeira Costa

Mestre em Direito e Ciência Jurídica, na Especialidade Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Pedro Fernández Sánchez	13
--------------------------------------	----

INTRODUÇÃO	17
------------------	----

CAPÍTULO 1

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
-----------------------------	----

1.1 Estado Social e políticas públicas.....	27
1.2 Políticas públicas e princípio da legalidade	31
1.3 Da questão da determinabilidade dos direitos sociais em Portugal e no Brasil	36

CAPÍTULO 2

INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR INICIATIVA PARLAMENTAR: LIMITES E POSSIBILIDADES	51
--	----

2.1 Iniciativa legislativa, competências e a função delimitadora constitucional.....	51
2.2 Geração de despesas por iniciativa parlamentar: panorama histórico constitucional.....	56
2.3 Criação de novas estruturas ou atribuições no âmbito do Executivo: a problemática da tensão entre Governo e Legislativo.....	59
2.4 Geração de despesas por iniciativa parlamentar: a jurisprudência do STF.....	64
2.5 Elaboração da estimativa do impacto orçamentário e financeiro: a constitucionalização da regra voltada para a responsabilidade na gestão fiscal	68

CAPÍTULO 3

RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO LEGISLATIVO COMO GARANTIA DA QUALIDADE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS.....	73
---	----

3.1 Fundamentos: racionalidade e controle político e social.....	73
3.2 Avaliação de impacto legislativo: alcance e problemáticas.....	74
3.3 Avaliação de políticas públicas no Parlamento brasileiro	80
3.4 Desafios relacionados à formulação, à execução e à avaliação das políticas públicas.....	96

CAPÍTULO 4

DO PAPEL ESTRATÉGICO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS NA RELAÇÃO DIALÓGICA E COLABORATIVA ENTRE GOVERNO E LEGISLATIVO	103
---	-----

4.1 Marco regulatório constitucional e legal.....	104
4.2 Princípio democrático e o papel estratégico das leis orçamentárias na relação dialógica e colaborativa entre Governo e Legislativo.....	108
4.3 Compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das políticas públicas instituídas por iniciativa parlamentar ..	111

CAPÍTULO 5

RELEVO DO ELEMENTO TEXTUAL NA INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: QUALIDADE DO TEXTO E SEGURANÇA JURÍDICA	123
--	-----

5.1 Legística: panorama histórico.....	123
5.2 Conceituação, domínios e relevo da Legística formal	126
5.3 Qualidade da legislação e desenvolvimento: contributos da União Europeia e da OCDE	131
5.4 Contexto brasileiro e as carências do ensino na área de Legística	136
5.5 Função delimitadora do texto: ponto de partida da interpretação e da concretização da norma.....	138
5.6 Características das regras jurídicas e o ideário da segurança.....	140
5.7 Da interpretação das regras constitucionais sob a perspectiva da efetividade do princípio da segurança jurídica: a força do texto para a estabilidade constitucional e a contenção do subjetivismo	146

CAPÍTULO 6

CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS COMO ESTRATAGEMA POLÍTICO	153
6.1 Conceituação e problemáticas relacionadas à interpretação e à aplicação dos conceitos jurídicos indeterminados	153
6.2 Debates parlamentares e as dificuldades na formação de consensos.....	161
6.3 Estudo de caso: debate e aprovação da nova Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869, de 2019). Da violação dos princípios do Estado de direito democrático, da tipicidade penal e da segurança jurídica	167
6.4 Da pronúncia de inconstitucionalidade da norma que regula a antecipação da morte medicamente assistida em Portugal (Decreto nº 109/XIV, da Assembleia da República)	173
CONCLUSÕES.....	185
REFERÊNCIAS.....	193